



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte
e Nordeste de Estudos e Pesquisas
sobre Mulher e Relações de Gênero

GERENCIALISMO NEOLIBERAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES

Paula da Luz Galvão

Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), paulalgalrao@gmail.com

Resumo: O presente trabalho tem por intuito analisar os modos como as perspectivas feministas e a de cunho gerencialista neoliberal são operacionalizadas nos processos de implementação das políticas públicas para mulheres na cidade de Juazeiro-BA. O pressuposto central que embasa esta questão é entender, por meio do trabalho etnográfico de pesquisa, como os fundamentos chave dessas políticas, oriundos de processos reflexivos feministas de cunho político, teórico e epistemológico, são “performatizados”, ou seja, são vividos, pensados e ressignificados na prática da vida cotidiana dos agentes de políticas públicas desta cidade por meio de formas de aplicação caracteristicamente neoliberais. Para levar a cabo esta pesquisa, partiremos da perspectiva etnográfica de compreensão da realidade, que tem como principal fundamento compreender os padrões de comportamento dos atores sociais, por meio de contatos significativos, em contextos variados, e pela observação sistemática dos fatos pertinentes. O olhar etnográfico na análise de políticas públicas possibilita um entendimento que passa ao largo das grandes avaliações quantitativas de resultados de ações, projetos e programas sociais, uma vez que leva em consideração as mediações socioculturais e políticas que influenciam na aplicabilidade, sucesso ou insucesso das políticas. A análise dos arranjos práticos de aplicação de políticas para as mulheres tem por finalidade última avaliar, de forma qualitativa, os avanços e limitações do modelo de política social implementado para este grupo em especial. E, por meio dos dados coletados, incitar renovações a este modelo para que, por fim, as mulheres possam ter possibilidade de angariar a equidade social.

Palavras-Chave: políticas públicas, mulheres, Gerencialismo neoliberal, feminismo.

Introdução

A presente pesquisa teve como objetivo analisar o modo como pressupostos feministas e os de cunho gerencialista neoliberal são operacionalizados no processo de aplicação de políticas públicas para as mulheres em Petrolina-PE. O intuito central foi compreender como noções caras à teoria e *práxis* política feminista são

performatizadas nestas ações políticas e como elas adquirem um caráter distinto à medida que precisam ser alocadas em um modelo neoliberal de gestão de políticas públicas.

Desse modo, o primeiro passo foi mapear as instituições e agentes que executam as políticas públicas para as mulheres em Petrolina, assim como



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

identificar as políticas públicas para as mulheres executadas pelas referidas instituições e os pressupostos políticos e teóricos que lhes embasam. Posteriormente, foi realizado um acompanhamento da execução das políticas públicas identificadas, por meio do trabalho etnográfico, com foco nas estratégias utilizadas pelos seus agentes para dirimir as desigualdades de gênero na cidade.

O foco dado na aplicação de políticas para as mulheres em Petrolina-PE se fez de extrema relevância devido às inúmeras incongruências que podem surgir com a associação entre o modelo gerencialista neoliberal de gestão do Estado e os princípios feministas que balizam as propostas de políticas para as mulheres no Brasil. Isso para não mencionarmos o atual momento político de desmonte de políticas sociais no Estado brasileiro. E, no que tange à escolha da cidade de Petrolina, em Pernambuco, esta opção não foi em vão. Localizada no interior nordestino, ela tem se mostrado como modelo quase ideal de um processo de investimentos estaduais e privados, objeto de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento econômico capitaneado pelo Estado brasileiro (FRANCA, 2008). Dentre estas políticas e programas, algumas se destacam por abraçarem nos

seus objetivos, além da proposta relacionada ao desenvolvimento social, as desigualdades de gênero e uma possível superação deste tipo de iniquidade social, principalmente quando da implantação da Secretaria da Mulher do estado de Pernambuco e da Secretaria da Mulher do município, no mesmo ano, em 2007.

Deste modo, temos como *locus* de estudo uma cidade que representa de forma exemplar os projetos de desenvolvimento do Governo Federal para o nordeste, com fins de equiparar esta região às demais, no que diz respeito à riqueza e oportunidades econômicas. Por outro lado, esta cidade exemplifica, também, o que a literatura considera como descentralização das políticas públicas¹, principalmente as de gênero, fruto do processo de redemocratização do Estado (FARAH, 2004, p. 53), e que assume novas facetas com as reformas neoliberais de fins da década de 1990 e início dos anos 2000. É importante ressaltar que a opção por uma cidade sertaneja como representativa desta descentralização se faz digna de nota, haja vista que as cidades sertanejas sempre foram categorizadas como áridas, secas, atrasadas e isoladas. Localizar esta cidade como alvo de políticas públicas e investimentos nas mais variadas esferas

¹ Por descentralização quero me referir às propostas de direcionamento das políticas públicas para os níveis estadual e municipal de governo.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte
e Nordeste de Estudos e Pesquisas
sobre Mulher e Relações de Gênero

ainda é um fenômeno a se destacar, principalmente para ir de encontro a certos mitos que ainda rondam o imaginário nacional sobre o sertão do Brasil.

Metodologia

A pesquisa foi desenvolvida a partir da perspectiva etnográfica de compreensão da realidade, que tem como principal fundamento compreender os padrões de comportamento dos atores sociais, por meio de contatos significativos, em contextos variados, e pela observação sistemática dos fatos pertinentes. O olhar etnográfico na análise de políticas públicas possibilita um entendimento que passa ao largo das grandes avaliações quantitativas de resultados de ações, projetos e programas sociais, uma vez que leva em consideração as mediações socioculturais e políticas que influenciam na aplicabilidade, sucesso ou insucesso das políticas.

Segundo a perspectiva da Ciência Política, área que inaugurou os estudos de políticas públicas, os contextos simbólicos e universos de valores não são relevantes para a referida análise. A compreensão do fazer cotidiano das políticas públicas, sua aplicação e recepção pelo público alvo, as retóricas, os jogos de poder e o modo como elas constituem saberes não são o centro das preocupações das análises segundo a Ciência Política.

Oposta a este ponto de vista, a análise socioantropológica deve partir da premissa que as políticas públicas são ações sociais e simbólicas. Seus processos de formulação são desordenados e complexos. Assim, está área questiona como as pessoas dão sentido às coisas? O que as políticas significam para as pessoas, como são recebidas e experienciadas por eles, como afetam suas vidas cotidianas? (SHORE, 2010, p. 29-35).

Dessa maneira, foi realizado um mapeamento das instituições responsáveis pela formulação e aplicação de políticas para as mulheres, assim como seus principais agentes e projetos postos em prática pelo governo do município de Petrolina-PE. Este mapeamento inicial teve por objetivo traçar a Rede que compõe os organismos voltados às mulheres da cidade e compreender o modo como eles atuam. Após esse primeiro momento, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com estes atores sociais. O objetivo central neste momento foi a compreensão, por parte dos envolvidos, dos significados das políticas para a cidade e para o público alvo, o que eles esperavam alcançar, como estas políticas e programas são elaborados, quais os discursos políticos e epistemológicos que as embasam, como se formam os arranjos políticos, conflitos e



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

alianças, assim como o modo como eles pensam as transformações proporcionadas

Posteriormente, utilizamos a estratégia metodológica, que acompanhe os atores “de perto e de dentro”: a etnografia (MAGNANI, 2002). Esta foi realizada nos espaços de aplicação das políticas públicas para as mulheres anteriormente mapeados e serviu de base para a interpretação dos dados coletados nas entrevistas. Além disso, essa estratégia nos permitiu entender como os saberes que embasam as políticas são articulados *in loco*, e as consequências dessa articulação para os agentes do Estado e o seu público alvo.

Resultados e discussão

É possível argumentarmos que na cena política contemporânea no Brasil têm sido desenvolvidas políticas públicas de dois tipos específicos: universal e focal. As políticas públicas de cunho universalista, que pela sua própria natureza não devem se dirigir a um público particular, têm se fundamentado na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, escrita a partir dos desdobramentos da Revolução Francesa em 1789 e no seio de um movimento social, artístico, literário e político, conhecido como Iluminismo. Esta propunha o direito à vida, à liberdade, à igualdade, segurança, propriedade e resistência a tiranias, dentre outros direitos. Sua proposta apresentava tais direitos

como universais e pertencentes ao Homem enquanto direitos por natureza, impossíveis de subtrair ou alienar (MARRUL, 2004, p. 10).

Todavia, críticas às dimensões igualitaristas de direitos, protagonizadas por movimentos sociais, como os de cunho racial e feminista, por exemplo, possibilitaram que novos rumos fossem encaminhados no que diz respeito à busca e conquista de direitos de gênero no Brasil e no mundo. Com as críticas a noções tais como liberdade, cidadania, democracia, esfera privada e direitos, se tornou possível atentar para as dificuldades das políticas universalistas e para as formas com que os Estados estavam encaminhando seus projetos de superação das desigualdades. Como um dos protagonistas destas críticas, os movimentos feministas têm questionado a suposta neutralidade do Estado frente às contradições sociais e pressionado a sua atuação no sentido de superação destas (VIANA, 2013, p. 378,). Neste sentido, podemos notar, pelo menos no Brasil, propostas de políticas públicas focalizadas que possuem como pressuposto uma crítica da sociedade androcentrada, haja vista estar pautadas em elementos que contestam noções como a de igualdade, por exemplo.

As propostas dos movimentos feministas e de mulheres no Brasil, especialmente, tinham como principal



intuito chamar a atenção para a incapacidade das políticas públicas, no período que antecedeu a redemocratização brasileira, em contemplar as demandas específicas das mulheres. Este modelo universalista de políticas, segundo algumas das proponentes, só aprofundava desigualdades, colocando a mulher em espaços que as inferiorizavam, como a esfera privada da domesticidade e o âmbito da família, haja vista que eram concebidas apenas como mães, esposas e cuidadoras (ibid, p. 379).

Esta crítica, todavia, só pôde ser elaborada em decorrência do processo de redemocratização brasileira, que propôs uma agenda de reformas construída com a participação de diversos atores nos processos decisórios e a inclusão de segmentos diferenciados da população em políticas públicas específicas (FARAH, 2004, p. 49-50). Essas lutas possibilitaram um “empoderamento coletivo” à medida que enriqueceram as práticas associativas femininas, o que lhes permitiu tratar de demandas específicas de sua condição de gênero (GUZMÁN, 2000, p. 66).

Este contexto de demandas e conquistas políticas deu origem a um novo marco nas lutas de gênero, principalmente a partir da década de 90 do século XX, caracterizado por dois fatores que considero essenciais: um se refere a uma

nova institucionalidade que proporcionou novos interlocutores no Estado; e outro que diz respeito à elaboração e implementação de uma série de políticas para as mulheres nos três níveis de governança da sociedade.

O primeiro fator refere-se à atuação das mulheres em secretarias, conselhos e na sociedade civil organizada. Esta atuação promoveu uma maior complexidade nas formas de fazer política, uma vez que gerou novas interlocuções entre atores sociais e o Estado, via esferas de participação, como pelos Conselhos de Direitos da Mulher, por exemplo. Neste novo contexto se tornou possível colocar em pauta não só as políticas públicas focais, como também afetar os mecanismos que obstaculizam a igualdade de oportunidades, e o lugar da participação das mulheres nas esferas de decisão política. (ibid., p. 68-77).

Já o segundo fator refere-se à elaboração propriamente dita de políticas públicas para as mulheres em diversos setores da sociedade. A partir de pressupostos erigidos após a reforma do Estado brasileiro em finais dos anos 80 do século XX – que se referiam a uma ênfase maior na descentralização das políticas do Governo Federal, a uma focalização em atores específicos, às novas articulações com a sociedade civil e novas formas de gestão de políticas públicas, baseadas em



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte
e Nordeste de Estudos e Pesquisas
sobre Mulher e Relações de Gênero

noções como eficiência e efetividade – políticas públicas para as mulheres foram elaboradas e efetivadas. (FARAH, 2004, p. 52-56).

No entanto este modelo de aplicabilidade de políticas públicas para as mulheres pode ser de difícil operacionalização uma vez que precisam realizar a conexão de duas propostas, a meu ver, contraditórias. A primeira delas é referente à concretização de diretrizes e planos de ação para a promoção da equidade de gênero oriundas de perspectivas políticas e teóricas feministas, baseadas na ideia de “empoderamento” e crítica à sociedade “androcentrada”. E, a segunda, diz respeito às propostas da reforma neoliberal dos Governos Federal, estaduais e municipais, a partir dos anos 90 do século XX, que tinham como principais diretrizes para as ações do Estado a focalização, a descentralização, o corte de gastos, a noção de eficácia, o desenvolvimentismo e a transferência para outros setores da sociedade civil, como as organizações não governamentais (ONGs), da responsabilidade pela aplicação de algumas políticas públicas, principalmente as de caráter social.

Esta última perspectiva, chamada de Gerencialismo, fez parte de uma proposta de reforma do Estado, elaborada e apresentada em 1995, pelo então ministro

Luiz Carlos Bresser Pereira, que ocupou o Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE) no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Viabilizada em 1998, ela tinha como principal objetivo reestruturar o Estado brasileiro para estabilizar a economia frente à crise econômica que passava o país desde fins da década de 80 e promover mudanças no modelo patrimonialista e burocrático pelo qual o Estado estava sendo gerido. O intuito foi o de promover uma “reengenharia organizacional” adaptada dos modelos de gestão utilizados no setor privado, tendo como consequência privatizações, terceirizações, instituições de agências reguladoras e a transferência de fornecimento de serviços de caráter competitivo ou sociais (como saúde, educação e assistência social) para agências privadas e organizações sociais (de PAULA, 2005, p. 37), além do foco na descentralização, eficiência, focalização e corte de gastos, como mencionados acima.

A articulação da perspectiva gerencialista com os modelos feministas de políticas públicas para as mulheres tem se tornado um desafio para as executoras destas ações, haja vista que em muitas vezes seus pressupostos entram em contradição ora de forma explícita, ora implícita. Esta contradição se dá não só porque as duas perspectivas acima citadas



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

se mostram contraditórias, mas também porque as reviravoltas políticas, teóricas e epistemológicas promovidas pelas diferentes abordagens feministas já são, em si mesmas, de difícil operacionalização. Isto ocorre porque os agentes das políticas públicas para as mulheres no Brasil ou desconhecem estes debates, que ocorrem no seio dos movimentos sociais, da academia e das grandes conferências sobre o tema, ou preferem se apegar a certas noções essencializadas, como às de mulher, por exemplo, por motivos dos mais diversos.

Neoliberalismo e políticas para as mulheres em Petrolina

A realidade da aplicação de políticas públicas para as mulheres no Brasil se reflete em Petrolina a partir de elementos peculiares. Caracterizada por um modelo de participação que prima muito mais por um diálogo com ONGs do que movimentos sociais, este modelo não incentiva a formação de grupos em prol de reconhecimento social. Mesmo as ONGs locais têm dificuldades em se inserir nos debates de gênero. E é importante que seja assim para os governos, até porque os debates questionadores presentes nos movimentos sociais não são bem quistos nas instituições que promovem políticas para mulheres, pois o que se espera é a inserção das mulheres na lógica do capital,

e não seu empoderamento para fins de transformação das estruturas de relações de gênero. Assim, é compreensível que não haja ações em prol do reconhecimento das mulheres acerca da sua situação de subordinação.

Esta visão, desarticulada das noções estruturantes de gênero e dos contextos de dominação, inevitavelmente se mostrou refletida em uma maneira também pouco conjuntural de realizar políticas para as mulheres na cidade. Esta característica pôde ser percebida tanto no apego a casos pontuais, desarticulados das lógicas de dominação que estão inseridos, quanto no modelo de envolvimento pessoal para solução de casos. Este modelo apenas reflete uma dificuldade em pensar ações estruturantes, uma vez que se mostra desconectado de um contexto histórico e político. É demasiadamente conveniente que o processo se dê desta maneira, haja vista que os projetos de políticas para as mulheres de governos liberais não possuem como intenção acabar com a estrutura social baseada na dominação masculina.

Não que esta forma de pensar a política tenha sido planejada em seus mínimos detalhes pelos agentes do município. O que acontece é que o *habitus* e as estruturas cognitivas dos envolvidos (BOURDIEU, 2007) já são formados e conformados por meio das perspectivas



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte
e Nordeste de Estudos e Pesquisas
sobre Mulher e Relações de Gênero

patriarcais, e esta estruturação apenas se reflete nos modelos de pensamento e ação dos agentes. E isto fica claro quando vemos as dificuldades de pensar as mulheres em suas diferenças. O que prevalece é uma visão universalista das mulheres, e qualquer relação com o racionalismo e universalismo liberal iluminista não é uma mera coincidência.

Assim, o que podemos notar é que até mesmo o modelo neoliberal de políticas públicas é operacionalizado de um modo rudimentar. Isso porque, o foco em uma noção essencializada de mulher caminha na contramão da focalização nas mulheres pobres. Esta categoria de mulheres, e tantas outras, são desconsideradas em prol de uma ideia universalizada do sujeito das políticas.

Além do foco dado a uma noção essencializada de mulher, outra característica se mostrou central no processo de aplicação de políticas para as mulheres em Petrolina. Uma demasiada ênfase no combate à violência e nas ações sobre os esclarecimentos técnicos dos equipamentos para as mulheres, que não contemplavam os debates a respeito da dominação masculina e das consequentes desigualdades de gênero, espelham um modelo de aplicação de políticas para as mulheres baseados em um conhecimento tecnicizado e, por isso, despolitizado. Este

modelo reflete uma perspectiva de empoderamento que não prima pela ação coletiva e as transformações que estas ações podem proporcionar e se apegam a uma noção individualizada de emancipação pelo conhecimento dos equipamentos. Este modelo não apenas não emancipa as mulheres, que por ventura busquem os equipamentos, como também não emancipa as mulheres, técnicas a serviço do município que, talvez até a sua revelia, continuam perpetuando as desigualdades de gênero, uma vez que são elas mesmas que são as agentes da opressão naqueles espaços.

Este modelo que promove emancipação por uma via individualizada e tecnicizada tem como pano de fundo uma noção neoliberal de autonomia que em nada reflete às perspectivas emancipatórias propostas pelos feminismos. Este discurso, que neste caso não é proferido por ONGs vinculadas ao Estado, e sim pelos próprios agentes do Estado, tem se mostrado acrítico e com pouca capilaridade tanto no que se refere à sociedade civil, como entre as próprias instâncias do governo. E isto não ocorre, apenas, pelo seu caráter enfadonho, como notado em várias situações que etnografei. Sua baixa capilaridade e a parca criticidade do discurso são decorrentes da baixa, ou nenhuma, ancoragem das políticas a uma



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte
e Nordeste de Estudos e Pesquisas
sobre Mulher e Relações de Gênero

proposta de emancipação e empoderamento que integre as diversas instâncias da sociedade civil e do Estado e, também, pelas crescentes dificuldades orçamentárias que lhe acompanha. Assim, a transversalidade, tão estimada pelas feministas no poder, e tão mencionada nos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres do Governo Federal, se mostra de modo tacanho, haja vista que não é pensada como um plano de governo, que parte direto do gabinete do prefeito.

A transversalidade se mostra uma proposta democrática por contemplar a ação de diversas vozes, de diversas instâncias dos poderes municipais, estaduais e Federal, mas só possui eficácia se vier como uma proposta desde o poder central. Este não apenas tem demonstrado completo desinteresse pelas políticas para as mulheres, devido à ausência em reuniões do Conselho da Mulher do município, o descaso em transferência de verba para a Secretaria Executiva da Mulher, e pelo inexistente interesse em promover formações dos seus profissionais, no que tange às desigualdades de gênero, como não tem relegado um espaço sequer para pensarmos formas de articulação entre as secretarias para elaboração de políticas mais transversais e integradas. Os esforços dos componentes da Rede de Enfrentamento à

Violência contra a mulher do município até repousam no conhecimento sobre as necessidades da transversalidade, mas, quando teimam em avançar nos debates, os empecilhos financeiros impedem qualquer tentativa de inovação. Afirmando isso porque muitas foram as vezes que os integrantes da Rede propuseram a elaboração de um programa, vinculado à internet, para fazer dialogar os equipamentos, e para que todos soubessem das entradas das mulheres e sobre as notificações feitas. Mas, não tínhamos nenhuma esperança quanto ao sucesso na demanda por verbas para a contratação de tal serviço.

Estas dificuldades estão relacionadas à economia de gastos, promovida sob a justificativa de tornar as políticas mais “eficientes” e que resultam em um modelo caracterizado mais por “gambiarras” políticas, do que por políticas públicas de longo e médio prazo. No que diz respeito à Rede, estas “gambiarras” precisam ser arregimentadas sob a forma de troca de informações sobre os equipamentos, em reuniões intermináveis; com a confecção de cartões de cada um dos órgãos, que são distribuídos na Delegacia da Mulher (DEAM) da cidade, para que as mulheres possam ter conhecimento deles; e, quando da falta de uma sociedade civil organizada para protagonizar o discurso, mesmo que tecnicizado, sobre a violência contra a



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte
e Nordeste de Estudos e Pesquisas
sobre Mulher e Relações de Gênero

mulher, com próprio executivo “tomando as rédeas da situação”.

Assim, esta noção de eficiência tem gerado como consequência, principalmente nos municípios do interior do país, mais pobres e com menor poder de barganha, um total descaso para com as políticas de caráter social. E no que tange às ações baseadas em “gambiarras”, estas se caracterizam, quase sempre, pela pouca capilaridade, pela efemeridade das propostas, pela falta de capacitação continuada dos profissionais do Estado e pelos regimes de subcontratos e contratos temporários, que afetam diretamente no sucesso das ações e políticas para as mulheres.

As propostas da Secretaria da Mulher do Estado conformam um discurso feminista amplo e interseccionado². No entanto, e segundo afirmam as facilitadoras do principal programa desta Secretaria na região, as formações realizadas pela ONG

² Apenas para termos uma ideia, os livros confeccionados pela Secretaria Estadual da Mulher, e utilizados nos cursos de formação das integrantes das ONGs, se referem a três temas gerais, cada qual com uma discussão bastante detalhada sobre seus respectivos subtemas. Assim, temos um livro que versa sobre Políticas Públicas (concepções, formas de construção, políticas para as mulheres e políticas setoriais); outro que debate a violência contra as mulheres (concepções de violência, mapeamento da violência contra as mulheres e legislações sobre o tema); e, por fim, outro que discute as desigualdades (história do conceito, formação da sociedade brasileira, e sobre contexto atual das desigualdades).

da região metropolitana foram insuficientes para que as mulheres assistidas (as trabalhadoras rurais da cidade) aprendessem mais sobre uma pedagogia alternativa ao modelo racional que estavam acostumadas. De acordo com a literatura, vemos como o discurso deste “feminismo de Estado” foi disciplinado pelos pressupostos neoliberais para o desenvolvimento. No entanto, muito pouco ainda tem sido dito sobre os modelos de aplicação das políticas³. Este déficit se dá pela ainda escassez de trabalhos etnográficos a respeito da aplicação destas políticas, e de modo nenhum sobre uma suposta raridade desta discussão dentro do movimento feminista. Este já vem discutindo propostas de pedagogias para a emancipação e já cunhou perspectivas de uma pedagogia já considerada como feminista⁴.

³ SARDENBERG, por meio de debates sobre a atuação em um projeto de consultoria, desenvolve esta temática (SARDENBERG 2006, 2015).

⁴ Segundo Sardenberg “Por pedagogia feminista, entende-se o conjunto de princípios e práticas que objetivam conscientizar indivíduos, tanto homens quanto mulheres, da ordem patriarcal vigente em nossa sociedade, dando-lhes instrumentos para superá-la e, assim, atuarem de modo que construam a equidade entre os sexos. Seu principal objetivo, portanto, é libertar homens e mulheres das amarras das ideologias e hierarquias de gênero, ou seja, da construção social das diferenças/desigualdades entre os sexos, objetivo esse que se aplica a todas as metodologias desenvolvidas para o trabalho com mulheres. (...) porém, há várias abordagens distintas nessas práticas educativas, razão pela qual não se pode falar de “pedagogia feminista” no singular. No seu



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

No entanto, acredito que estas propostas pedagógicas, diferentes de outras que vêm sendo apropriadas pelos Estados, ainda estão muito restritas às atuações protagonizadas pelos movimentos feministas. Em nenhum momento do meu trabalho de campo ouvi um comentário sobre este assunto (pedagogia feminista), em nenhuma das instâncias institucionais estudadas. Este exemplo só reforça a ideia relativa a uma insatisfatória crítica ao modelo das aplicações de políticas para as mulheres. Criticam-se os conteúdos das propostas, de forma legítima, é claro, mas ainda há um vazio quanto às análises das metodologias de aplicação destas políticas. Esta insuficiência tem impactos diretos no que diz respeito à eficácia das políticas. Em um contexto de restrições orçamentárias para as políticas sociais, qualquer verba desperdiçada repercute de forma muito daninha no universo relacionado às propostas de emancipação feminina pelas políticas públicas.

todo, contudo, as pedagogias feministas integram as chamadas “pedagogias críticas” ou “pedagogias libertadoras” - conjunto de teorias e práticas educativas e de aprendizado, formuladas para propiciar a conscientização dos educandos quanto às condições de opressão em que vivem. Seu propósito maior é desencadear um processo de liberação pessoal por meio do desenvolvimento de uma consciência crítica, como um primeiro passo essencial para ações coletivas transformadoras” (p. 1-2). (http://s3-eu-west-1.amazonaws.com/pathwaysofempowerment-org-staging/downloads/consideracoes_introdutorias_originaisf9d6475f0950cf0bfe39b58c169a59b9.pdf . Acesso em 20/03/2017).

Apesar das críticas que podemos lançar ao conteúdo das propostas da Secretaria Estadual da mulher, principalmente as que ainda pensam a emancipação pela inserção das mulheres como empreendedoras de segundo escalão, uma vez que inseridas no mercado de trabalho por meio de ocupações desvalorizadas, porque mal pagas e com baixa reputação⁵, não podemos classificá-las como agentes do Estado neoliberal sem fazer antes esta análise pormenorizada. A inserção do curso de políticas públicas nas turmas dos cursos profissionalizantes do programa citado foi um diferencial que quase todas as funcionárias da Secretaria que tive contato fizeram questão de exaltar. E o fizeram baseando seu discurso nas propostas de empoderamento das mulheres pelo conhecimento de sua situação de

⁵ Dentre esses cursos, podemos citar todos aqueles oferecidos pelas ONGs, tais como artesanato em geral; beneficiamento de frutas e produção de licores; bijuterias e bolsas; corte e costura; culinária regional; curso de produção de pão caseiro e integral; horta orgânica; jardinagem; móveis em madeira e papelão; ornamentação de festas; produção de doces; produção de sabonete e sabão ecológico; recepcionista; turismo Rural. Os oferecidos pela rede SEST/SENAT (Manutenção em motocicletas; pedreira de alvenaria; pedreira de revestimento com argamassa; técnicas de pintura imobiliária; instalações elétricas prediais; técnicas de administração; fundamentos da Informática (Ministrado pelo SENAI) se referem a ocupações com pouco mais de renome social e são menos desvalorizados. Mas, muitas destas ocupações ainda possuem menor prestígio social.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte
e Nordeste de Estudos e Pesquisas
sobre Mulher e Relações de Gênero

subordinação. No entanto, o modelo da pedagogia empregada é discutível, justamente por se apegar, ainda, a um modelo racionalizante tradicional. Mas, este modelo de pedagogia não é apenas discutível no que tange às ações da Secretaria Estadual da Mulher. Ele se tornou problemático nas ações de todas as instituições pesquisadas.

Assim, por mais que elas se esforçassem para levar vídeos e encaminhar o debate com maior ludicidade, o formato permitia poucas variações. Este fator parte do mesmo pressuposto racionalizante e individualizado sobre o processo de empoderamento das mulheres. A mesma observação posso fazer sobre as ações do dia da Visibilidade Lésbica. Estive presente em duas destas, e o modelo se manteve o mesmo: seminário teórico, com exposição e discussão de filmes. As pessoas presentes eram basicamente as mesmas, e por mais que levantássemos temas como heterossexualidade compulsória, homoafetividade e saúde reprodutiva, as limitações de público, composto em sua maioria por conselheiras e estudantes universitários, impedia que a mensagem, mesmo que teórica, tivesse um alcance maior.

Não posso afirmar, todavia, que este modelo está apenas relacionado às

dificuldades orçamentárias. Ainda estamos apegados a um modelo de autonomia arraigado a pressupostos liberais racionalizantes e individualizantes. Que, também, são os mesmos que estão por trás das propostas neoliberais de políticas públicas, e, por que não, aos modelos educacionais que prevalecem no país. Este modelo, mesmo abarcando temáticas concebidas como tabus sociais (sexualidade, homossexualidade, etc.), não realiza seu potencial emancipador porque não sensibiliza de forma satisfatória a audiência. E não sensibiliza porque ainda insiste em desconsiderar o modo corporal, performático e emocional pelo qual os conhecimentos são apreendidos. No entanto, estas concepções (corpo, emoção) estariam relacionadas, em demasia, àquilo que consideremos como feminino e, logo, desprovido da legitimidade racional que devem ter as ações advindas do Estado e que compõem a “esfera pública”. Desse modo, não é o conteúdo que deixou “a desejar” e sim o formato que não condisse com as perspectivas emancipatórias.

Conclusões

No entanto, para além dos programas que se dão no âmbito do Governo Federal, e pelas mudanças visíveis no que diz respeito às temáticas abordadas e a multiplicidade de identidades de mulheres contempladas, a



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

Secretaria Executiva da Mulher de Petrolina coloca em prática ações que possuem pouca capilaridade, tanto entre as secretarias, como na sociedade como um todo. Ela ainda possui uma efetividade limitada devido ao seu modelo de empoderamento pela via teórica, individualizada e racionalizante. A secretaria proporciona mudanças pouco significativas porque ainda apegadas a casos pontuais e acompanhamentos individualizados dos casos pela secretária. Assim como nas ações da Secretaria Estadual, da Rede e do Conselho da Mulher, não abordam assuntos considerados tabus para a nossa sociedade como, por exemplo, a violência obstétrica, as dificuldades em realizar o aborto legal nos hospitais e o tratamento desumano e preconceituoso dado pelas equipes do hospital da mulher. Além de tudo isso, ainda não é possível visualizar uma continuidade das suas ações em relação aos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres do Governo Federal, principalmente no que tange às políticas nas áreas de educação formal, para as mulheres idosas, deficientes e as que dizem respeito ao acesso à cultura e lazer. Estas temáticas são completamente desconsideradas e nos fazem refletir a respeito do real espraiamento das políticas para as mulheres no Brasil. E, se o modelo

neoliberal de pensa-las e executá-las tem promovido transformações significativas.

Desse modo, podemos até verificar que os principais pressupostos e conceitos relativos às políticas para as mulheres em Petrolina se relacionam com as concepções e críticas da teoria e política feminista. No entanto, vimos que as formas como se dá esta relação está aberta a inúmeras críticas, que, ao fim e ao cabo, vêm a caracterizar o modelo gerencialista neoliberal de aplicação de políticas públicas para as mulheres no Brasil. Assim, fundamentos e concepções, como aqueles referentes à identidade das mulheres; ao foco em um tipo de política específica, e em um tipo de violência singular (a física); as propostas de ações despolitizadas e desarticuladas dos debates de gênero e feminista; a ênfase no discurso técnico em detrimento do crítico; as formas rudimentares de diálogo com a sociedade civil; o desconsiderar das interseccionalidades de gênero; os problemas relativos a orçamento; e o modelo pessoal de levar a cabo as ações para as mulheres; todos eles refletem um modelo peculiar de pensar e efetivar as políticas para as mulheres. Mas, vimos, também, como esta peculiaridade é apenas reflexo dos pressupostos centrais da gestão neoliberal do Estado, que veem na descentralização, focalização, eficiência, corte de gastos e nova participação da



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

sociedade civil organizada uma maneira de amenizar as consequenciais nefastas do desenvolvimento em prol do capital, e não incluir os grupos historicamente subjugados, e suas pressuposições de mundo, em uma sociedade mais justa.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. **Meditações Pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

FARAH, Marata Ferreira Santos. Gênero e Políticas Públicas. *Estudos Feministas*, v. 12, n. 1, jan-abr, 2004.

FRANCA, Celso. **A imagem do vale: Reestruturação Agrícola e mudança social**. Petrolina: Editora Franciscana, 2008.

GUZMÁN, Virginia. A equidade de gênero como tema de debate e de políticas pública. In: FARIA, Nalu, SILVEIRA, Maria Lucia e NOBRE, Miriam (orgs). **Gênero nas Políticas Públicas: impasses, desafios e perspectivas para a ação feminista**. São Paulo: SOF, 2000.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de Dentro: notas para uma etnografia urbana. *RBCS*, v. 17, n. 49, jun 2002

MARRUL, Indira Bastos. A Indivisibilidade dos Direitos Humanos: da Desagregação à Integração. In: **Bahia Análises e Dados**, v. 14, n. 1. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, p. 9-24, 2004.

PAULA, Ana Paula Paes de. Administração Pública Brasileira: Entre o Gerencialismo e a Gestão Social. *RAE Debate*, v. 5. n. 1. Jan-Mar de 2005.

SHORE, Cris. La Antropología e el Estudio de la Política Pública: reflexiones sobre la “formulación” da las políticas. *Antípoda*, n. 10, enero-junio, 2010.

VIANA, Raquel. Desafios e limites das políticas públicas no cotidiano das mulheres. In: VENTURI, Gustavo e GODINHO, Tatau (orgs). **Mulheres Brasileiras e Gênero nos espaços públicos e privados: uma década de mudanças na opinião pública**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo e edições SESC, 2013.